

Programa Eleitoral do PSD Algarve

Algarve - uma região com Futuro

Complementarmente ao Programa Eleitoral que o Partido Social Democrata apresentou a nível nacional, os candidatos a deputados pelo círculo de Faro assumem o compromisso perante os eleitores algarvios de pugnar pela execução e implementação de um conjunto de objectivos que consideram relevantes em vários sectores de actividade, que a seguir se discriminam.

1. ALGARVE REGIÃO-PILOTO

A ideia do Algarve, como Região-piloto, num quadro de descentralização política e administrativa do país, tem a paternidade do PSD, há mais de duas décadas e meia. Não foi por causa do Algarve, que a Regionalização falhou o seu referendo. O que esteve em causa, foi um mapa de divisão regional de Portugal, apresentado pelo Partido Socialista, e que não mereceu o acolhimento do povo português. Hoje, decorridos todos estes anos, está em curso uma reforma de descentralização. Felizmente, os dezasseis municípios do Algarve permaneceram unidos, em torno da criação da **Grande Área Metropolitana do Algarve**. Nesta matéria, os candidatos do PSD defendem a concretização da transferência do Poder Central de todas as competências legalmente previstas, e respectivos recursos logísticos e financeiros. Consolidado este processo por via da AMAL, que se deseja rápido, torna-se natural a tomada de um passo legislativo que permita a eleição

da Junta Metropolitana por sufrágio directo e universal entre os eleitores, conferindo assim plena representatividade política aos seus dirigentes. Com um território histórico e consolidado, uma população estável, competências, recursos e representatividade política, na prática estará criada a **Região do Algarve**, que poderá ser a experiência piloto de que o país carece para provar a bondade do modelo regional.

Se, paralelamente, houver condições políticas em Portugal para se enveredar directamente para o modelo regional, os candidatos do PSD/Algarve estarão disponíveis para participar nesse processo, sempre que o interesse da Região o justifique.

2. TURISMO – QUINZE MEDIDAS PARA UMA ECONOMIA REGIONAL ESPECIALIZADA

O sector do Turismo representa 66% do PIB regional e 60% do emprego no Algarve, de acordo com as estatísticas oficiais que, como é sabido, pecam por defeito no que a esta actividade concerne. Assume-se, assim, o “cluster” Turismo/Lazer, com um peso demasiado significativo na realidade sócio-económica da Região algarvia, para se ignorarem os sinais de crise estrutural de que são reflexo as quedas de crescimento do número de visitantes, das receitas, das taxas médias de ocupação. O mundo está em mudança, e o sector turístico no mundo também. Mudam-se velhos conceitos de comercialização, de transporte, mudam os hábitos dos consumidores, cresceu abruptamente a concorrência de destinos alternativos. Mas também é verdade que a imagem do Algarve está gasta ao fim de quatro décadas no topo dos destinos mundiais, e que o modelo de desenvolvimento do turismo algarvio se encontra esgotado. Há que introduzir profundas mudanças, ao nível legislativo, ao nível do ordenamento, ao nível do marketing, ao nível da promoção, ao nível da formação dos profissionais do sector.

Os candidatos do PSD pelo círculo de Faro defendem a implementação urgente de um conjunto de medidas e orientações para o sector no Algarve:

1. Elaboração e implementação de um **Plano de Desenvolvimento Turístico do Algarve**, reestruturando e requalificando a oferta, reorientando a procura
2. Elaboração do **Plano Sectorial de Incidência Territorial do Turismo no Algarve**
3. Inclusão do **Turismo Residencial** no quadro da revisão da Lei dos Empreendimentos Turísticos
4. Aposta no desenvolvimento prioritário do turismo algarvio em “**resorts**” de qualidade
5. Definição da **Área de Protecção Turística do Algarve**, diversificando a localização de novos espaços turísticos no barrocal, na serra interior, no **Baixo Guadiana e na Bacia do Arade ou no oeste do Algarve**, num adequado equilíbrio entre os valores

ambientais e a a distribuição justa da riqueza sócio-económica que o Turismo pode proporcionar às populações mais desfavorecidas, reforçando a componente do **Turismo Rural, Cinegético, de Terceira Idade, ou de Saúde**

6. Aposta no desenvolvimento das quase **três dezenas de projectos turísticos estruturantes e de animação temática**, no quadro da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável já aprovada, e que representam, só por si, muitos milhares de milhão de Euros de investimento, maioritariamente estrangeiro, e a criação de muitos milhares de empregos

7. Crescimento da oferta da **Náutica de Recreio**, através da construção de novas marinas e portos de recreio (Ferragudo, Mexilhoeira, Sagres, Tavira, por exemplo), e do **Turismo de Congressos e Incentivos**, através da construção já adjudicada do **Pavilhão do Arade** e de um **Centro de Congressos** no Parque das Cidades

8. Aposta no desenvolvimento do **Golfe**, como actividade de grande mais valia económica e requalificadora do turismo algarvio, e de combate à sazonalidade

9. Alargamento das **parcerias Público-Privado** implementadas pelo governo PSD no domínio da **promoção**, através da Associação de Turismo do Algarve

10. Patrocinar uma política de grandes **eventos**, de que a iniciativa **Faro, Capital da Cultura** (e o Teatro Municipal de Faro que lhe está associado) é uma forte motivação, a par de uma mais intensa utilização e viabilização do Parque das Cidades, conferindo notoriedade mundial ao Algarve, e promovendo os valores culturais, a história e as tradições da Região

11. Promover a realização de um estudo comparativo internacional do **Regime Fiscal** aplicado ao Turismo

12. Reforçar o investimento na **defesa das falésias e das praias** através de intervenções suaves

13. **Combate à burocracia** e agilizar a apreciação e despacho dos projectos turísticos, sem esquecer o reforço dos efectivos do Serviço Nacional de Bombeiros nas funções de apreciação e fiscalização que lhe estão cometidas

14. Ter uma preocupação particular na **sinalética**, na **limpeza**, e no reforço da **segurança**

15. Superar as carências de **formação profissional** no sector, quer por via das estruturas de ensino públicas, quer através de programas de formação contínua nas empresas, quer ainda pela sensibilização precoce das crianças ao nível do ensino básico, para a importância do Turismo na vida dos algarvios.

3. AGRICULTURA, FLORESTA, MUNDO RURAL, PESCAS E AQUICULTURA

Continuaremos a apoiar a **citrinicultura**, mas também a produção de **culturas subtropicais** (como o ananás, a banana e a manga), a par de uma aposta recente e que já produz os seus resultados na área da uva de mesa e da vitivinicultura, com o aparecimento de várias marcas algarvias de vinhos. Incentivaremos as denominações das **IGP's** (Indicações Geográficas Protegidas), como se deu com a batata doce de Aljezur, bem como será reforçado o apoio à **agricultura biológica**, ao licenciamento, e à produção de **produtos tradicionais regionais**, como a aguardente de medronho, o mel,

os enchidos, os queijos, os frutos secos com destaque para a alfarroba, etc.

O **Gabinete de Apoio ao Investimento e Estudos Estratégicos**, a funcionar de forma eficaz na DRAALG, para apoio dos investidores, empresários agrícolas e autarquias, deverá prosseguir a sua acção de execução dos diversos programas de apoio.

O **Programa Aldeias do Algarve**, continuará a merecer todo o incentivo, quer pelo que representa de revitalização sócio-económica do mundo rural, quer pelo que significa de preservação da identidade cultural do Algarve.

Esta presença humana em mais de dois terços do território do Algarve, no barrocal e na serra interior, a par da silvo-pastorícia, é um factor primário de protecção da **floresta algarvia**, tão fustigada nos últimos dois anos, com cerca de 100.000 hectares de área ardida. É neste quadro que assume particular importância a conclusão do **PROF (Plano Regional de Ordenamento Florestal)** e o **Plano Integrado de Desenvolvimento Rural** recentemente aprovado pelo governo, e que consagrou mais de 46 milhões de Euros a aplicar nos próximos dois anos na revitalização sócio-económica das zonas fustigadas pelos incêndios.

Quanto ao sector das Pescas, e na sequência do processo de revisão da Política Comum das Pescas, prosseguir-se-á com as ajudas à modernização da frota algarvia, bem como com a política de conservação sustentável dos recursos. Está suspenso o abate de embarcações, será feita a promoção dos produtos da pesca algarvia na primeira venda, que é de uma qualidade inigualável. Serão apoiados os pequenos projectos das comunidades piscatórias bem como a actividade da aquicultura e da salicultura, sem esquecer um esquema de formação profissional que torne atractivo este sector para os jovens.

4. INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

4.1 A INDÚSTRIA

O PSD propõe-se encorajar o recurso aos apoios previstos ao investimento nos diversos **sistemas de incentivo**, requalificando os aglomerados empresariais existentes em áreas menos adequadas, em ordem à sua transformação em zonas industriais, zonas empresariais ou áreas de localização empresarial à luz dos conceitos definidos nos diplomas legais vigentes;

Propõe-se, igualmente, sensibilizar as autarquias para a criação de **parques empresariais** com infra-estruturas adequadas previstos nos respectivos PDM, como em S. Brás de Alportel, Almancil ou Tavira, designadamente para:

- 1.** Acolher empresas industriais ou de outros sectores de actividade;
- 2.** Apoiar e incentivar a certificação de empresas e de produtos;
- 3.** Estreitar a ligação Empresas / Universidade em ordem a potenciar a investigação aplicada, e a apostar na inovação. Neste âmbito deverá ser apoiada a criação de um Pólo Tecnológico;
- 4.** Simplificar procedimentos e combater a ineficiência associada à burocracia;

Neste quadro, espera-se que indústrias com tradição no Algarve, como a conserveira a corticeira, a cerâmica, a madeira, os produtos metálicos, a alimentação e a construção, sem esquecer a indústria extractiva possam beneficiar dos incentivos ao investimento e à modernização.

4.2 COMÉRCIO E SERVIÇOS

Tendo presente que o **comércio tradicional** se caracteriza pela diversidade de estabelecimentos de pequena dimensão, localizados predominantemente nos centros das cidades e junto a zonas históricas, importa que as autarquias promovam nesses locais uma política de requalificação urbana e de reabilitação de casas.

Há que sensibilizar no sentido de procederem à requalificação dos espaços urbanos (centros das cidades, zonas históricas e outros locais de interesse) e à reabilitação de habitações degradadas disponibilizando-as a preços compatíveis de forma a poderem ser adquiridas

Há que combater o individualismo que caracteriza ainda o pequeno comerciante e promover iniciativas conjuntas susceptíveis de produzir mais impacto na atracção dos consumidores pelos centros das cidades e vilas da região.

Finalmente, há que suscitar junto das Associações de Comerciantes a utilização a favor do pequeno comércio, das verbas afectas ao **Fundo de Modernização do Comércio**

5. DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Não faltam, ao longo deste Programa Eleitoral, acções e obras de relevante importância para o Algarve, e que terão seguramente um enquadramento financeiro no **IV Quadro Comunitário de Apoio (2007-2013)**, cuja negociação agora se inicia, no seio de uma União Europeia alargada a novos aderentes, também eles fortes concorrentes à obtenção de ajudas ao seu desenvolvimento. Tratando-se de matérias negociadas ao mais alto nível do Estado, o Algarve terá que procurar manter, por via parlamentar e governamental, um acompanhamento

estreito do evoluir das negociações, por forma a maximizar os benefícios possíveis da Coesão Económica e Social da União Europeia.

Importa, no entanto, não esquecer que o âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio vai até ao final de 2006, e há que garantir o pleno aproveitamento dos fundos colocados à disposição.

O PROALGARVE (Programa Operacional Regional do Algarve), que no apoio ao investimento de interesse municipal e intermunicipal, quer nas acções integradas de base territorial, quer nas intervenções da administração central regionalmente desconcentradas dispõe de 769,3 milhões de Euros, dos quais, já se encontram aprovados e homologados projectos no valor de 562,4 milhões de Euros, o que revela um elevado grau de capacidade de absorção, sendo que 66,7% das aprovações já se encontram realizadas financeiramente. Há que manter o mesmo grau de eficiência daqui até 2006, e contribuir para esbater as assimetrias intra-regionais.

6. MELHORAR AS ACESSIBILIDADES

6.1 EM DIVERSAS FRENTES

Continuar a investir nas diversas acessibilidades, será um dos eixos fundamentais, onde se destaca:

- 1-** Início dos estudos de uma **nova Via Longitudinal no Algarve** a norte da actual Via do Infante
- 2- IC 27** Odeleite-Alcoutim
- 3- IC 4** Lagos-Grândola (com variante de Aljezur)
- 4-** A nova estrada **Loulé-Quarteira**
- 5-** A estrada **Monchique-Ponte da Boina** (Portimão)
- 6- Circular de Loulé**
- 7- Intervenção profunda em toda a EN 125,** designadamente no troço Lagos-Sagres, e

construção de variantes em localidades como Odeáxere, Lagoa, Alcantarilha, Faro, Olhão, Luz de Tavira, Altura

8- Intervenção profunda na EN 2 Almodôvar-Faro e ligação à A22/Faro

9- Construção da rotunda de Porches

10- Via Distribuidora Norte de Quarteira

11- Circular Sul de Almancil com acesso às zona turística litoral

12- Ponte internacional Alcoutim-Sanlucar

13- Terceira Circular de Faro

14- A modernização das estruturas ferroviárias da ligação a Lisboa e da Linha do Algarve (incluindo o ramal Tunes-Lagos) assente num sistema de exploração com equipamento ligeiro, fiável, seguro, económico e com frequências características de transporte público urbano/interurbano, ligando as principais cidades do Algarve, e articulado com outros meios de transporte

15- A navegabilidade dos Rios Guadiana e Arade e requalificação da zona ribeirinha Parchal/Ferragudo

16- Intervenções nos portos de Albufeira, Quarteira, Olhão, Portimão (bacia de manobra no porto de cruzeiros), Tavira e VRSA

17- Construção de um novo Aeródromo no Barlavento do Algarve e de um **aeródromo de apoio** ao aeroporto de Faro, a localizar em Loulé

6.2 O ALGARVE E A REDE DE ALTA VELOCIDADE

Os candidatos do PSD pelo círculo de Faro assumem o compromisso de tudo fazer, para **conferir ao Algarve um carácter prioritário na Rede de Alta Velocidade** e da ligação ferroviária à Andaluzia e, por via disso, ao eixo sul do arco atlântico da rede transeuropeia.

6.3 A VIA DO INFANTE

Os candidatos do PSD pelo círculo de Faro reiteram publicamente a sua opinião de que a Via do Infante deverá ter um **tratamento de excepção** na problemática das concessões SCUT devido, entre outras razões, às diferentes naturezas do financiamento das duas componentes faseadas do seu traçado.

Compreendem que a salvaguarda dos interesses nacionais, exigiu do actual governo a tomada de medidas de **correção do modelo SCUT** contratado pelo governo socialista em 1999, e que se revela ruinoso para as finanças do país.

Saúdam o recente anúncio feito pelo governo, de que **ficam isentos de pagamento de portagens todos os residentes e todas as empresas domiciliadas fiscalmente** nas regiões abrangidas pela rede SCUT, o que até se virá a traduzir num aumento das receitas locais.

No caso do Algarve, a principal motivação da rejeição ao pagamento de portagens reside no facto de a EN 125 não ter condições para se constituir como uma verdadeira alternativa à Via do Infante. Foi isso que levou os algarvios ao protesto público, e era isso que constava nos cartazes afixados pela oposição.

Ao limitar a isenção de pagamento de portagens a quatro anos após a implementação do sistema de cobrança, esta **questão já foi atirada para lá da vigência do mandato**

do próximo governo. Ao prever a prorrogação do período de isenção por tanto tempo quanto necessário, até que estejam realizados os investimentos necessários que permitam à **rede secundária constituir-se como uma verdadeira alternativa** à Via do Infante, os algarvios vêm salvaguardada a sua principal reivindicação: não pagar, até que hajam alternativas. E essa é que é a questão de fundo, tudo o resto são tentativas eleitoralistas de aproveitamento político por parte de quem fez o mal e a caramunha, ou seja, de quem investiu sem cuidar do preço da factura que as gerações futuras teriam que pagar.

7. AMBIENTE E ORDENAMENTO

São pontos sensíveis para nós:

- 1. PROTAL** – fazer seguir urgentemente a proposta final para a Comissão Mista e para a fase de Consulta Pública
- 2. POOC Vilamoura-Vila Real de Santo António** – Deverá ser aprofundada a situação nas ilhas-barreira, através de UOPGs para todos os núcleos habitacionais, como se fez para a Culatra ou, em alternativa, levar à prática o Plano de Ordenamento e Regulamento do Parque Natural da Ria Formosa, conforme estabelecido no DL n.º 373/87 de 9 de Dezembro e no DR n.º 2/91, com a participação das autarquias
- 3. REN e RAN** – Deverão ser revistas, no sentido de uma maior flexibilização que liberte o interior do Algarve de um espartilho que lhe inviabiliza qualquer desenvolvimento
- 4. Parque Natural do Sudoeste Alentejano e da Costa Vicentina** – Desclassificação da zona sul, no sentido de lhe conferir possibilidades de desenvolvimento
- 5. Rede Natura** – Defender a redução da aplicação da rede natura, atendendo ao exagero da área abrangida (43%), quando comparada com Portugal (24% do território) e a União Europeia (12%), facto que tem impedido o desenvolvimento do interior do Algarve favorecendo a desertificação humana e os fogos florestais.
- 6. Urbanização de Vale da Telha (Aljezur)** – levar por diante um processo de viabilização
- 7.** Executar a 2ª Fase do Sistema de **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável** (SIDS) do Algarve
- 8. Reforço da capacidade de reservas hídricas** superficiais – Construção prioritária e estratégica da Barragem de Odelouca, e das Barragens das Cercas, de Corte Garcia, Alportel e Foupana
- 9.** Elaborar o cálculo do **balanço hídrico** nos principais sistemas aquíferos do Algarve
- 10. Saneamento** – Completar o círculo de todos os Sistemas Multimunicipais de Abastecimento de Água e Saneamento do Algarve
- 11.** Avaliação do efeito das **descargas de águas residuais urbanas** da Ria Formosa
- 12.** Implementação de eco-centros para **resíduos da construção e da demolição**
- 13. Requalificação das praias do Algarve** no âmbito dos POOCs

8. ENERGIA

As opções energéticas dos candidatos do PSD em matéria energética para o Algarve são claras: introdução dos **gás natural** e pleno apoio à utilização da energia solar, fotovoltaica, eólica e da biomassa para produção de **energias alternativas**.

9. MAIS E MELHOR SAÚDE

9.1 A QUESTÃO “CENTRAL” DO HOSPITAL CENTRAL DO ALGARVE

A construção do **Hospital Central do Algarve no Parque das Cidades** tem, para nós, um grau de relevância estratégica e estruturante para o desenvolvimento do Algarve, tão importante como aquele que assumiu a construção do Aeroporto de Faro em meados da década de sessenta. É fundamental para a melhoria da qualidade de vida na Região. É fundamental para reforçar a competitividade do Turismo algarvio. Associado à criação da Faculdade de Medicina, é fundamental para o alargar dos horizontes vocacionais da juventude não só do Algarve, como de toda a zona sul de Portugal. Aproveitando a experiência inovadora a nível europeu, do modelo de construção de novas unidades hospitalares na base das Parcerias Público Privado (PPP), iniciativa dos governos liderados pelo PSD, e já consubstanciada no lançamento dos novos hospitais de Loures, Cascais e Braga, o PSD garante aos algarvios, sem quaisquer dúvidas ou reservas que, se for governo, cumprirá as metas seguintes:

Programa Eleitoral

1. Até Agosto de 2005, será lançado o concurso
2. Seis meses para apresentação de propostas de concepção-construção-gestão
3. Quatro meses para análise das propostas
4. Seis meses para negociação
5. Dois anos e meio para a execução da obra

Ou seja, com o PSD, os algarvios têm a garantia de que o Hospital Central do Algarve será uma realidade em princípios de 2009.

9.2 OUTROS COMPROMISSOS PARA A SAÚDE

Construção durante o próximo mandato, das seguintes estruturas, algumas já em curso:

1- Laboratório Regional de Saúde Pública

2- Centro Regional de Saúde Pública

3- Delegação Regional do INEM

4- Centro de Saúde de Portimão

5- **Extensões de Saúde** no Ameixial (Loulé), Patação (Faro), Budens (Vila do Bispo), S. Marcos da Serra (Silves), Carvoeiro (Lagoa) e Lagoa

6- **SAP** de Vila Real de Santo António

7- Aumento da capacidade disponível em **Unidades de Cuidados Continuados e Unidades de Cuidados Paliativos**

8- Intervenção de fundo nos serviços do **Centro de Saúde de Aljezur**

9- Início dos estudos com vista à construção futura do **Hospital do Sotavento**, a instalar preferencialmente em Castro Marim

10. SEGURANÇA SOCIAL E EMPREGO

Impõe-se a construção de mais **Lares para Idosos, Centros de Noite** (Monchique e Marmeleite, por exemplo), novos **Centros Comunitários** no interior algarvio e reforçar o apoio domiciliário integrado, e a implementação de um sistema de emergência-serviço de tele-alarme.

Prosseguirá o investimento na construção de mais **creches**, centros de actividades de **tempos livres**.

Impõe-se a construção de lares de apoio e **lares residenciais** para pessoas com deficiência

Iremos criar estruturas e serviços locais de proximidade dirigidas a áreas diversas como crianças em risco, e toxicodependência entre outros.

Em matéria de **Emprego**, sugerimos:

1. A organização de uma **Feira de Orientação Vocacional e Profissional e de Emprego do Algarve**
2. A organização de uma **Agência Regional de Serviços** destinada a apoiar os profissionais em situação de desemprego no acesso ao mercado de trabalho pela via empresarial e a ensinar os desempregados de longa duração a “arte” de empreender.

3. Criação do **Manual de Emprego** destinado a ajudar os jovens que se iniciam no mercado de trabalho

11. JUSTIÇA E SEGURANÇA

Serão concretizados investimentos no **Tribunal da Relação de Faro** nos **Tribunais** das Comarcas de Silves e de Lagoa, tal como os Quartéis da **GNR** de Aljezur, Odeceixe, Salir, Almansil, Quarteira, Vila Nova de Cacela, Alvor, Mexilhoeira Grande, Lagoa, Armação de Pêra, Tavira e Vila do Bispo. Novas instalações para os **Serviços de Estrangeiros e Fronteiras** em Portimão, **Polícia Judiciária** e **Corpo de Intervenção** da PSP, serão igualmente objecto de prioridade. Esquadras da **PSP**, serão construídas em Lagos, Loulé e Vila Real de Santo António.

12. EDUCAÇÃO

O início da actividade da **Faculdade de Medicina**, na Universidade do Algarve está prevista para 2007, o que mais torna imperiosa a conclusão do Hospital Central do Algarve para 2009.

Deverá ser criado o **Pólo da Universidade do Algarve em Portimão**.

Deverá proceder-se ao aproveitamento de escolas desactivadas para combate ao **analfabetismo**.

A **cultura algarvia e o turismo** deveriam ser objecto de motivação nas escolas básicas e secundárias.

13. CULTURA

Eis alguns dos objectivos no sector cultural:

1. Conclusão de uma **rede de espaços de espectáculos**, recintos culturais, para realização de espectáculos de teatro, bailado, música, multimédia
2. Apoio às **iniciativas culturais tradicionais**, ao nível de equipamento, instrumentos musicais, reportório e apetrechamento de instalações dos grupos de teatro amador, bandas filarmónicas, ranchos folclóricos e etnográficos.
3. Estudo das possibilidades de criação de um verdadeiro **Museu Regional do Algarve** em plano de igualdade com os Museus Nacionais.
4. Apoio à **produção literária** de temática algarvia e de autores algarvios.
5. Criação da **Escola de Danças e Cantares Regionais**
6. Apoio à **Orquestra do Algarve** e às instituições que, como o **Conservatório Regional do Algarve**, desempenham um papel fundamental na educação musical da juventude algarvia
7. Recuperação do **Castelo de Aljezur**
8. Recuperação do **Forte de Sta. Catarina**, em Sagres
9. Restauração do **Palácio da Galeria**, em Tavira

14. DESPORTO E JUVENTUDE

Para além das políticas nacionais, algumas medidas e investimentos directos ou de comparticipação se justificam com impacto no Algarve:

1. Desenvolver **Centros Informáticos** ligados à Internet no interior algarvio
 2. Desenvolver políticas de discriminação positiva para fixar **jovens casais** no interior algarvio
 3. Ajustamento dos **cursos superiores** ministrados na UALG às reais necessidades da região
 4. Alargar o programa **“Jovens Artesão”** para toxicodependentes a outras áreas de formação profissional
 5. Apoiar os **jovens artistas e criadores**
 6. Criação de **Centros de Incubação Empresarial** para jovens em zonas de baixa densidade
 7. Apoio aos **desportos náuticos** para potenciar a redescoberta da vocação atlantista dos jovens algarvios
 8. Construção de **Pousadas da Juventude** em Lagoa, Vila do Bispo, e Vila Real de Santo António
 9. Construção do **Complexo Desportivo** de Monchique, remodelação do Estádio Municipal de Tavira, construção do novo **Estádio do Portimonense**
 10. Construção do **Motódromo Internacional do Algarve**, em Loulé
-